

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**
2 **(CIB) SANTA CATARINA**

3 ATA Nº 05/2013

4 Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de dois mil e treze, às treze horas,
5 na Câmara de Vereadores, localizada na Avenida das Flores, 675, em
6 Balneário Camboriú/SC, realizou-se a Reunião Plenária Ordinária da
7 Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB/SC) sob a
8 coordenação de Eleudemar Ferreira Rodrigues, com a presença dos
9 seguintes membros: representantes da SST – Sandra Regina Coimbra,
10 Fabiana Vieira, Kátia Ribeiro Freitas, Valéria Medeiros, Jerônimo Luiz Duarte
11 Maia, e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de
12 Assistência Social (COEGEMAS) – Ana Cláudia da Silveira Quege –
13 Presidente do COEGEMAS (Três Barras), Filipe dos Reis (Ibirama), Janifer
14 Otto (São João Batista), John Lenon Teodoro (Camboriú), Maria Juçara
15 Pamplona (Itajaí), Alessandro Balbi Abreu (Capital). Ainda estavam
16 presentes gerentes da SST, gestores e técnicos municipais, representantes
17 das câmaras técnicas, secretarias regionais e associações de municípios,
18 cuja lista de presença segue anexa. O coordenador iniciou a reunião
19 desejando boas vindas aos membros da CIB e a todos os presentes, e
20 apresentando as novas gerentes da DIAS/SST que foram nomeadas
21 suplentes da CIB: Renata Vieira e Sandra Regina Coimbra, substituindo,
22 respectivamente, Maria das Graças Fontes e Samuel Alcebíades Simão. Em
23 seguida, o coordenador apresentou a **ordem do dia**. Em discussão, foi
24 solicitada a antecipação do item dos informes “Cofinanciamento para
25 aprimoramento da gestão do SUAS nos municípios” para pactuação, e a
26 inclusão dos seguintes itens: “prorrogação de prazo para envio dos planos
27 municipais de assistência social”, “participação dos gestores municipais na
28 Conferência Estadual de Assistência Social” e “proposta de alteração de
29 data da próxima reunião da CIB”. Após, a ordem do dia foi aprovada pelo
30 plenário: **1º Leitura, apreciação e aprovação da ata da reunião anterior:** a
31 secretária executiva, Liliâne Sena, efetuou a leitura da ata, onde foram
32 retificados o número e data da Lei Orgânica de Assistência Social, na linha
33 “82”, passando a constar “Lei nº 8.742, de 07/12/1993”. Após, a ata foi
34 aprovada pelos membros presentes. **2º Correspondências Recebidas:** a
35 secretária executiva apresentou a relação de ofícios encaminhada à CIB
36 sobre a solicitação de equipamentos sociais e veículos, e os seguintes
37 assuntos diversos: Ofício nº 035/2013 – COEGEMAS - solicitação para
38 verificar a possibilidade de realizar a reunião da CIB em Mafra, no dia 26 de
39 agosto; Ofício nº 067/2013 – Prefeitura de Laguna - comunicação sobre
40 troca de gestor da secretaria municipal de assistência social de Laguna;
41 Ofício nº 103/2013 – CEAS - encaminhamento da resolução do CEAS que

42 aprova os prazos para entrega dos planos municipais e plano estadual de
43 assistência social, solicitando ao órgão gestor que na medida em que o
44 plano estadual seja construído encaminhem ao CEAS para
45 acompanhamento e apreciação antes do prazo final; Ofício nº 082/2013 –
46 Prefeitura de Pomerode - solicitação de informações acerca do andamento
47 da Lei do SUAS para cofinanciamento de equipes da assistência social;
48 Ofício nº 255/2013 – DIAS/SST - encaminhamento do cronograma do curso
49 de capacitação para elaboração dos planos municipais de assistência social,
50 solicitando sua divulgação na reunião da CIB; Ofício nº 683/2013 -
51 GABS/SST - ofício enviado ao Prefeito de Descanso informando a
52 desclassificação da lista dos beneficiados com CRAS, devido a
53 documentação incompleta, não cumprindo com as exigências do BNDES;
54 Ofício nº 037/2013 - São João Batista à SST - agradecendo o atendimento
55 com o cofinanciamento dos serviços de PSE de média complexidade,
56 Benefícios Eventuais e com o Programa de Regularização Fundiária Lar
57 Legal, e solicitando o atendimento de outras necessidades na área da
58 Proteção Social; Ofício nº 121/2013 – CEAS à SST - solicitação de
59 informações referentes ao Programa Santa Renda e Terminal de
60 Autoatendimento ao Cidadão, devido aos questionamentos dos Conselhos
61 Municipais de Assistência Social e COEGEMAS. **3º Status de repasses de**
62 **recursos referentes ao cofinanciamento estadual 2013:** Daniela Barbosa,
63 gerente de contratos e convênios da SST, apresentou a situação atual do
64 cofinanciamento estadual para os serviços de proteção social especial de
65 média e alta complexidade e benefícios eventuais. Na média complexidade,
66 dos 37 municípios pactuados na CIB para o cofinanciamento, 36 deles foram
67 habilitados, gerando um saldo de R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil,
68 trezentos e sessenta reais). Na alta complexidade, dos 126 municípios
69 pactuados na CIB para o cofinanciamento, 116 deles foram habilitados,
70 gerando um saldo de R\$ 137.940,00 (cento e trinta e sete mil, novecentos e
71 quarenta reais). Em relação aos benefícios eventuais, dos 293 municípios
72 pactuados na CIB para o cofinanciamento, 195 deles foram habilitados. **4º**
73 **Critérios para seleção de municípios a constituírem a lista de espera na**
74 **ocorrência de saldo remanescente do cofinanciamento dos serviços de**
75 **proteção social especial:** Sandra Regina Coimbra, gerente da proteção
76 social especial, apresentou a proposta de minuta de resolução que dispõe
77 sobre pactuação de critérios para a seleção de um município apto a receber
78 os recursos no valor de R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil, trezentos e
79 sessenta reais), alocados no FEAS/SC, provenientes de saldo de
80 cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média
81 complexidade. São eles: que cumpra no mínimo os seguintes serviços de
82 média complexidade: PAEFI e Medidas Sócio educativas de Adolescentes

83 em Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC),
84 segundo o CENSO SUAS 2012; que tenha equipe de referência exclusiva
85 com os seguintes profissionais de nível superior: um coordenador, um
86 assistente social, um psicólogo e um advogado, segundo o CENSO SUAS
87 2012; ainda para fins de elegibilidade dos municípios será considerado o
88 maior número de casos acompanhados pelo CREAS no ano de 2011,
89 conforme Censo SUAS 2012. A lista com o ente elegível e os demais em
90 lista de espera será publicada no sítio eletrônico da SST após a aprovação
91 desta resolução. O município terá 30 dias, a partir da publicação da
92 resolução do CEAS, para a entrega da documentação completa na Gerência
93 de Contratos e Convênios da SST. Após discussão, o plenário decidiu
94 suprimir parte do art. 4º da minuta de resolução que dispõe "... e na
95 ocorrência da não entrega da documentação, o saldo remanescente será
96 destinado a rateio para cofinanciamento das ações de proteção social
97 básica". Após discussão, foi pactuada a referida proposta. Na sequência, a
98 gerente apresentou a proposta de minuta de resolução que dispõe sobre
99 critérios para a seleção de municípios aptos a receberem os recursos no
100 valor de R\$ 137.940,00 (cento e trinta e sete mil, novecentos e quarenta
101 reais), alocados no FEAS/SC, proveniente de saldo remanescente de
102 cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta
103 complexidade. São eles: municípios que executam serviços de acolhimento
104 institucional, destinados à proteção integral, sendo que para fins de
105 classificação, se considerará o maior porte municipal, seguido do maior
106 número de usuários atendidos no serviço, respeitando as normativas
107 previstas no SUAS, com base no Levantamento Estadual GEPES
108 2012/2013; municípios que executam Serviços de Acolhimento em
109 Família Acolhedora, considerando, para fins de classificação, o maior
110 número de famílias cadastradas no respectivo serviço em 2013, conforme
111 Levantamento GEPES/2013; municípios que executam Serviços de
112 Acolhimento em Família Acolhedora, considerando para fins de
113 classificação, a maior capacidade instalada em 2013, conforme
114 Levantamento GEPES 2012/2013. Em caso de empate será utilizado, para
115 efeito de desempate, o menor índice de IDH Municipal. A lista com o ente
116 elegível e os demais em lista de espera será publicada no sítio eletrônico da
117 SST após a aprovação desta resolução. O município terá 30 dias, a partir da
118 publicação da resolução do CEAS, para a entrega da documentação
119 completa na Gerência de Contratos e Convênios da SST. Após discussão, o
120 plenário decidiu suprimir parte do art. 4º da minuta de resolução que dispõe
121 "... e na ocorrência da não entrega da documentação, o saldo remanescente
122 será destinado a rateio para cofinanciamento das ações de proteção social
123 básica". Após discussão, foi pactuada a referida proposta. 5º

124 **Regionalização da Assistência Social em Santa Catarina:** Inicialmente,
125 Renata Vieira, gerente de monitoramento e avaliação, apresentou a proposta
126 de territorialização em Santa Catarina com a definição de 8 (oito)
127 Macrorregiões e 16 (dezesesseis) Regiões Socioassistenciais. Os critérios
128 para a divisão territorial foram: articulação dos CRAS com os Serviços de
129 Saúde, articulação dos CREAS com o Poder Judiciário e junção de Regiões
130 da Secretária da Saúde com as Comarcas. Foi informado ainda que o
131 Diagnóstico Socioterritorial do Estado de Santa Catarina será realizado
132 mediante a coleta de dados nas seguintes bases de informação: Censo
133 SUAS 2012, Cadastro Único – Cad Único, Demonstrativo físico-financeiro do
134 SUAS WEB e Levantamento Estadual das Medidas Socioeducativas. Para
135 finalizar, foi destacado que o processo de regionalização deverá ser
136 coordenado pela gestão estadual, considerando seu papel fundamental na
137 articulação política, técnica e operacional entre os municípios e capacidade
138 de apoio técnico e financeiro das regiões de assistência social. O desenho
139 da regionalização deve ser definido conjuntamente pelos entes federados
140 presentes em um dado território, sob coordenação do Estado, de modo a
141 assegurar o acesso dos usuários ao conjunto de serviços da Proteção Social
142 Especial de Média e Alta Complexidade, resguardando a convivência familiar
143 e comunitária. Na ocasião, o coordenador ressaltou a importância da
144 territorialização e regionalização da assistência social para a organização da
145 gestão desta política. Em discussão, o plenário concordou com a proposta.
146 **6º Prorrogação de prazo para entrega dos Planos Municipais:** Ana
147 Cláudia, presidente do COEGEMAS, propôs, em função da prorrogação da
148 realização das capacitações, a prorrogação do prazo até 31 de outubro de
149 2013 para que os municípios entreguem os planos municipais de assistência
150 social à SST. Após discussão, foi pactuada a referida proposta. **7º**
151 **Cofinanciamento para aprimoramento da gestão do SUAS nos**
152 **municípios – proteção social básica:** Valéria Medeiros, gerente da
153 proteção social básica, apresentou a proposta de minuta de resolução que
154 dispõe sobre pactuação das estratégias, critérios e procedimentos de
155 repasse de recursos estaduais para cofinanciamento dos serviços ofertados
156 no âmbito da proteção social básica por meio de recursos alocados no
157 FEAS/SC para o ano de 2013. O valor total do cofinanciamento é R\$
158 2.276.400,00 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil e quatrocentos
159 reais). O valor mensal a ser repassado para cada município em 2013
160 corresponde a R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) referente aos meses de
161 setembro, outubro, novembro e dezembro, totalizando o valor de R\$
162 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) por município. A SST realizará o
163 repasse do recurso em parcela única. São elegíveis para participar do
164 processo de cofinanciamento os 271 municípios de Santa Catarina que

165 possuem pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social
166 (CRAS). Para efeitos da definição do quantitativo de municípios que
167 possuem pelo menos um CRAS serão utilizados os dados do Sistema de
168 Cadastro do SUAS (CadSUAS) com posição até 16 de agosto de 2013. Para
169 garantir o recebimento dos recursos em 2014, que será objeto das próximas
170 pactuações, os municípios deverão proceder ao preenchimento anual do
171 Censo SUAS e manter os dados do Cad SUAS atualizados. Será concedido
172 o prazo até 30 de setembro de 2013 para a entrega da documentação
173 completa na Gerência de Contratos e Convênios da SST. O coordenador
174 ressaltou que esta proposta de 2013 configura o início de um processo para
175 o cofinanciamento dos serviços de proteção social básica. Na ocasião,
176 Janifer Otto, representante do COEGEMAS, questionou sobre o curto prazo
177 de tempo para entrega da documentação pelos municípios, já que o prazo
178 estabelecido foi 30 de setembro de 2013, e a referida proposta ainda vai ser
179 apreciada pelo CEAS e publicada no diário oficial. Sendo assim, sugeriu que
180 o prazo fosse estabelecido a partir da publicação da resolução do CEAS.
181 Sobre o assunto, Daniela Barbosa lembrou que os repasses de recursos
182 devem ser iniciados em outubro, e que para isso seria necessário que os
183 documentos sejam entregues até 30 de setembro. Lembrou ainda, que a
184 relação de documentos será disponibilizada no site da SST, e que os
185 municípios já poderiam ir agilizando a documentação. Valéria Medeiros
186 também lembrou que a data da resolução do Conselho Municipal de
187 Assistência Social não pode ser anterior a data da resolução do CEAS que
188 aprova o referido cofinanciamento. Para concluir, o coordenador informou
189 que está sendo elaborada uma proposta para o cofinanciamento estadual de
190 2014. A intenção é que todos os municípios que ofertam serviços de
191 proteção social básica e especial de média e alta complexidade sejam
192 cofinanciados. Após discussão, foi pactuada a referida proposta de
193 cofinanciamento. **8º Andamento das obras do Pacto por Santa Catarina –**
194 **Proteção Social, e relação de municípios elegíveis com recursos do**
195 **BNDES e Banco do Brasil para CRAS, CREAS e Centros Dia e**
196 **Programa Busca Ativa:** o coordenador informou que dos 51 municípios
197 relacionados para receber a construção de CRAS, 26 deles cumpriram o
198 prazo e entregaram a documentação completa. Nesse sentido, esta sendo
199 publicado o primeiro edital para construção de CRAS com 26 municípios
200 beneficiados, sendo que no total 79 municípios serão beneficiados. O valor
201 unitário da obra é R\$ 386.000,00 (trezentos e oitenta e seis mil reais),
202 totalizando o investimento de R\$ 30.500.000,00 (trinta milhões e quinhentos
203 mil reais). Ainda informou que está em elaboração o primeiro edital para
204 construção de CREAS com 11 municípios beneficiados, sendo que no total
205 27 municípios serão beneficiados. O valor unitário da obra é R\$ 507.205,00

206 (quinhentos e sete mil e duzentos e cinco reais), totalizando o investimento
207 de R\$ 13.694.560,00 (treze milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e
208 quinhentos e sessenta reais). Em relação ao Centro Dia, a SST está
209 aguardando a documentação dos municípios até 08 de setembro de 2013
210 para elaboração do primeiro edital para construção deste equipamento. No
211 total serão 14 municípios beneficiados. O valor unitário da obra é R\$
212 1.052.000,00 (um milhão, cinquenta e dois mil reais), totalizando R\$
213 14.727.700,00 (quatorze milhões, setecentos e vinte e sete mil, setecentos
214 reais). Na sequência, o coordenador apresentou a situação da aquisição de
215 veículos, onde serão recebidos 243 veículos. Destes, 33 veículos serão
216 repassados para a SST, e 210 veículos para os municípios realizarem a
217 busca ativa. A licitação já está concluída, e a SST está aguardando o
218 repasse de recurso pelo BNDES. Os critérios para recebimento dos veículos
219 são: municípios que receberão CRAS ou Centros Dia pelo pacto e
220 municípios que não receberão nenhum equipamento de proteção social,
221 segundo a ordem de IDH (menor para maior). O coordenador lembrou que
222 os Terminais de Autoatendimento ao Cidadão não irão existir porque o
223 recurso foi redirecionado para a construção de equipamentos sociais, e que
224 a intenção do Estado é cofinanciar os serviços ofertados nos Centros Dia.
225 Diante da necessidade imediata do órgão gestor estadual iniciar os
226 processos licitatórios de construção de CRAS e CREAS, e cumprir com os
227 prazos de execução estabelecidos pela equipe do Pacto por Santa Catarina
228 e pelos órgãos financiadores do programa, o coordenador lançou a seguinte
229 proposta de pactuação: serão considerados municípios aptos a receberem a
230 construção de CRAS e CREAS os entes que atenderem as exigências de
231 documentação disponibilizadas no sítio eletrônico da SST. A classificação do
232 município será estabelecida de acordo com a entrega da documentação
233 completa, registrada no setor de protocolo, e a validação formal dos
234 documentos efetuada pela equipe técnica do Estado. A cada lote de 10
235 municípios classificados será concluído e licitado um novo edital. Após
236 discussão, foi pactuada a referida proposta. Foi apresentada ainda a relação
237 dos municípios que entregaram a documentação para receber os
238 equipamentos sociais, e a situação das ementas parlamentares para
239 2013, com o respectivo objeto, valor unitário e total e a destinação do
240 recurso. Dando continuidade, a presidente do COEGEMAS lançou proposta
241 a CIB para que os gestores municipais possam participar da Conferência
242 Estadual de Assistência Social. O coordenador indicou que tal proposta
243 fosse encaminhada ao CEAS, conselho que integra a organização da
244 referida conferência. Após, em virtude do tempo da reunião, comunicou que
245 os informes da CIB, DIAS/SST, Câmaras Técnicas e COEGEMAS serão
246 encaminhados por email aos membros da CIB e demais convidados. Para

247 finalizar, em função da agenda do COEGEMAS, foi acordado que a próxima
248 reunião da CIB será realizada em 21 de outubro de 2013, no município de
249 Itajaí. O coordenador agradeceu a presença da Presidente do COEGEMAS,
250 o acolhimento da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Secretaria
251 Municipal de Balneário Camboriú, dos membros da CIB, das Câmaras
252 Técnicas, gestores municipais e demais convidados. Nada mais havendo a
253 tratar, eu Liliane Sena, secretária executiva da CIB, lavrei a presente ata.